



Panorama histórico da guerra contra a febre aftosa

TIAGO ELOY ZAIDAN *

Após causar prejuízo nos rebanhos da península ibérica, a febre aftosa foi constatada na Argentina e no Uruguai. O seu advento no Brasil, em 1895, coincidiu com a importação de reprodutores bovinos europeus de forma sistemática, quando do surgimento da indústria frigorífica.

A preocupação com a doença contribuiu para a instituição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1909, em substituição à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, criada pelo Imperador Dom Pedro II em 1860.

Desde o estabelecimento das normas de profilaxia da doença, em 1950, houve um gradual avanço da eficiência no combate à Febre Aftosa. Na década de 60, quando o número de focos era demarcado conforme o número de municípios afetado, foi lançada a campanha contra a doença. Em 1960, 687 municípios brasileiros estavam afetados, em comparação com 472 municípios em território nacional, em 1969. Em 1964, unidos, os países sul-americanos se comprometeram a combater a enfermidade.

Na década de 70, o número de focos teve seus dígitos acrescidos, em função do aperfeiçoamento da vigilância e do potencial de identificação obtido por meio da implantação do sistema de informações, em 1971. Sob coordenação do Centro Pan-americano de Febre Aftosa, o sis-

Lançamento de campanhas

- Rio Grande do Sul: 1965
- Paraná: 1966
- Santa Catarina e São Paulo: 1967
- Bahia: 1968
- Espírito Santo e Minas Gerais: 1971
- Mato Grosso, Goiás, Rio de Janeiro, Sergipe e demais estados do nordeste: 1975

tema detectou a disseminação da doença com a movimentação de animais. Em 1976, foram ao registrados 10.295 focos, e a taxa de infestação caiu para 1.376 casos na década de 80, com o uso de vacina de melhor qualidade.

O médico veterinário, Geraldo de Oliveira Guimarães, membro do Programa Nacional de Saúde Animal (PRONASA), foi um dos pioneiros que participaram da campanha no Espírito Santo e destacou como importante:

- a) a vacinação para imunização do rebanho;
- b) o controle da movimentação dos animais;
- c) o atendimento às propriedades afetadas;
- d) a fiscalização da comercialização de vacinas;
- e) a vigilância epidemiológica;
- f) a educação sanitária
- g) o treinamento de pessoal.

Em 1978, a publicação FEBRE AFTOSA: DADOS CRONOLÓGICOS, EPIDEMIOLÓGICOS E DE PATOGENIA, editada pela Secretaria de Agricultura do Governo de São Paulo, de autoria de Francisco de Assis Martins, apontou o ano de

1986 como a data que definia o prazo necessário para cobrir todo o Brasil na programação das campanhas.

Em 1992, foram adotados os circuitos pecuários. Essas medidas culminaram com o reconhecimento dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul como zonas Livres de Febre Aftosa com vacinação, pelo Escritório Internacional de Epizootias, em 1998.

O exercício de 2002 ficou marcado como o primeiro com ausência de Febre Aftosa no País. A zona livre de Febre Aftosa com vacinação chegou a 49% do território brasileiro, em 2004, sendo separada das demais por uma área “tampão”. Atualmente, o número de focos é medido por meio de um critério que se refere às propriedades afetadas.

Com exceção de Sergipe, Bahia e Maranhão, o nordeste se mantém classificado como área de risco desconhecido, o que acarreta inúmeros prejuízos para a pecuária local.

Com o avanço no combate à Febre Aftosa, em 2005, as regiões sudeste, centro-oeste, sul, mais os Estados do Acre, Rondônia, Sergipe e grande parte do Tocantins e da Bahia, ganham o *status* de zona livre com vacinação. O sul do Pará consta como zona livre com vacinação, reconhecida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), aguardando o reconhecimento da OIE. O destaque fica com Santa Catarina, reconhecida como zona livre sem vacinação. ■

* Assessor de comunicação da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SFA-AL)/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

ico da ftosa

Nova etapa de vacinação

De acordo com o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan), entre janeiro e agosto deste ano, foram disponibilizadas mais de 178,8 milhões de doses de vacinas destinadas à imunização do rebanho bovino e bubalino contra a doença.

No ano de 2004, as vendas somaram 348 milhões de doses, ante os 328 milhões em 2003 e constituindo o dobro do volume de 1994. Para 2005, a expectativa é de novo recorde, superando a marca do ano passado.

Cinco estados brasileiros começaram em setembro mais uma etapa de vacinação contra a febre aftosa. Exceto Minas Gerais e Espírito Santo, onde as campanhas atingirão apenas animais com idade inferior a 24 meses, as demais unidades (Bahia, Ceará e Rio de Janeiro) vacinarão todo o rebanho bovino e bubalino.

Dados do Departamento de Saúde Animal do Mapa indicam que, na primeira etapa da campanha, realizada em março, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo atingiram, respectivamente, 94,2%, 96,7% e 96,4% de cobertura vacinal. No Rio de Janeiro e Ceará, a imunização alcançou 88,9% e 85,4%, respectivamente.



Faesp suspende o Código Estadual de Proteção aos Animais

A Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP) obteve a concessão de medida liminar suspendendo a vigência e eficácia dos artigos 2, I, II, III; 15, III; 16, II e VI; 18, I, II e III; 19 e 22 da Lei nº 11.977, que instituiu o Código Estadual de Proteção aos Animais. Estes artigos impunham regras que afetavam a criação de animais para abate, pois não levam em consideração práticas habituais dos criatórios de pecuária. Da mesma forma, impediam a adoção de manejos que privassem os animais de liberdade de movimentos, o que, na prática, poderia gerar dificuldades a todos os sistemas de criação intensivos, isto é, em menor espaço e com alta rotatividade.

Outros artigos suspensos pela liminar também vedavam o uso de medicamentos que levassem à engorda ou ao crescimento dos animais, além de impedir a utilização de condições reprodutivas artificiais, que desrespeitem os ciclos biológicos naturais. Na avaliação da FAESP, tais dispositivos desconhecem completamente todos os avanços tecnológicos e de manejo obtidos pela pecuária brasileira, representando um retrocesso numa atividade que vem ganhando produtividade nos últimos anos. Poderiam, inclusive, inviabilizar o uso de técnicas como inseminação artificial, sincronização de cio, transplante de embriões, usadas há décadas no Brasil e em todos os países exportadores de carne.

Dispositivo incluído na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) limitava o transporte dentro do Estado, ao impedir a permanência de animais por mais de seis horas sem água e alimento nos veículos transportadores, estabelecendo uma legislação dissonante em relação ao restante do País. Cabe lembrar ainda o artigo, também suspenso pela liminar, que impedia provas de rodeio que envolvessem o uso de instrumentos que vissem induzir o animal a comportamento que este não adotaria naturalmente. Na prática, vedaria o uso de esporas pelos cavaleiros e o sedén, usado para estimular os animais nas provas de rodeio, interferindo na cultura e nas tradições destes espetáculos.

A (ADIN), ajuizada no último dia 7 de outubro, obteve a liminar por despacho do presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Luiz Tâmbara. O Governo do Estado de São Paulo também ajuizou ADIN junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, arguindo a inconstitucionalidade da referida lei na esfera federal. ■